



O Salto

O JORNAL DOS TRABALHADORES PORTUGUESES EMIGRADOS

LE JOURNAL DES TRAVAILLEURS PORTUGAIS IMMIGRES - B.P. 95 - 75 522 PARIS CEDEX 11 - C.C.P. 562 685 - MENSUEL - 1 DM - 1 FI - 10 FB - 1 F

Editorial

MÃOS-À-OBRA CAMARADAS !

Em Fevereiro do último ano, as Associações dos Trabalhadores Emigrados, reunidas pela primeira vez com o objectivo de lançar as bases da criação da União dos Trabalhadores Portugueses Emigrados, decidiram que uma das suas tarefas principais era a realização dos primeiros Jogos Florais Portugueses na emigração. Deste modo, a 1.ª Reunião Inter-Associações (RIA) considerava que a batalha pela consolidação do Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados (MTPE), e por consequência o aniquilamento da influência do fascismo e seus agentes no seio da emigração, deveria passar por um largo movimento cultural, onde os valores de arte popular e revolucionária tivessem a possibilidade de se manifestar e mostrar toda a força do seu espírito criador.

Com a aproximação do dia 31 de Março e com ele o fecho das inscrições para os concorrentes e obras lançamos destas colunas um vibrante apelo a todos os trabalhadores emigrados, às suas associações e colaboradores para que desenvolvam e reforcem nestes últimos dias, a larga campanha de inscrições, no sentido de trazer aos I Jogos Florais Portugueses na emigração o maior número possível de artistas e obras culturais.

Mãos-à-obra, camaradas !

GUERRA COLONIAL ENTREVISTA COM O MPLA

Ver pág. 3

O SALTO

56, rue de la Fontaine-au-Roi
75011 PARIS
Metro Goncourt

Horas de abertura

2.ª feira das 16h às 22h 30
Sábado das 16h às 20h

Secção Social
Vendas
Redacção
Secretaria

FRANÇA

O QUE NOS ESPERA APÓS AS ELEIÇÕES

Por todo o lado, em França, o mês de Março aparece-nos como a « chamada » às urnas. A rádio, a televisão, os jornais não falam doutra coisa, as paredes, as ruas, as caixas de correio estão repletas de propaganda eleitoral. Os partidos degladiam-se e acusam-se mutuamente; fazem reuniões públicas, fabricam milhões de promessas, fazendo crer ao povo francês que, se a sua escolha cair sobre eles, ir-se-á viver num mar de rosas. Todos eles falam de melhores dias para as classes trabalhadoras; todos eles afirmam que, se estiverem no governo, não deixarão os preços subir e aumentarão os salários; todos dizem que haverá mais « liberdade », maior conforto, mais casas, etc., etc. Enfim, uma verdadeira campanha publicitária onde os produtos de uma firma são sempre melhores que os das outras. O que é preciso é levar o povo a comprar; neste caso, votar...

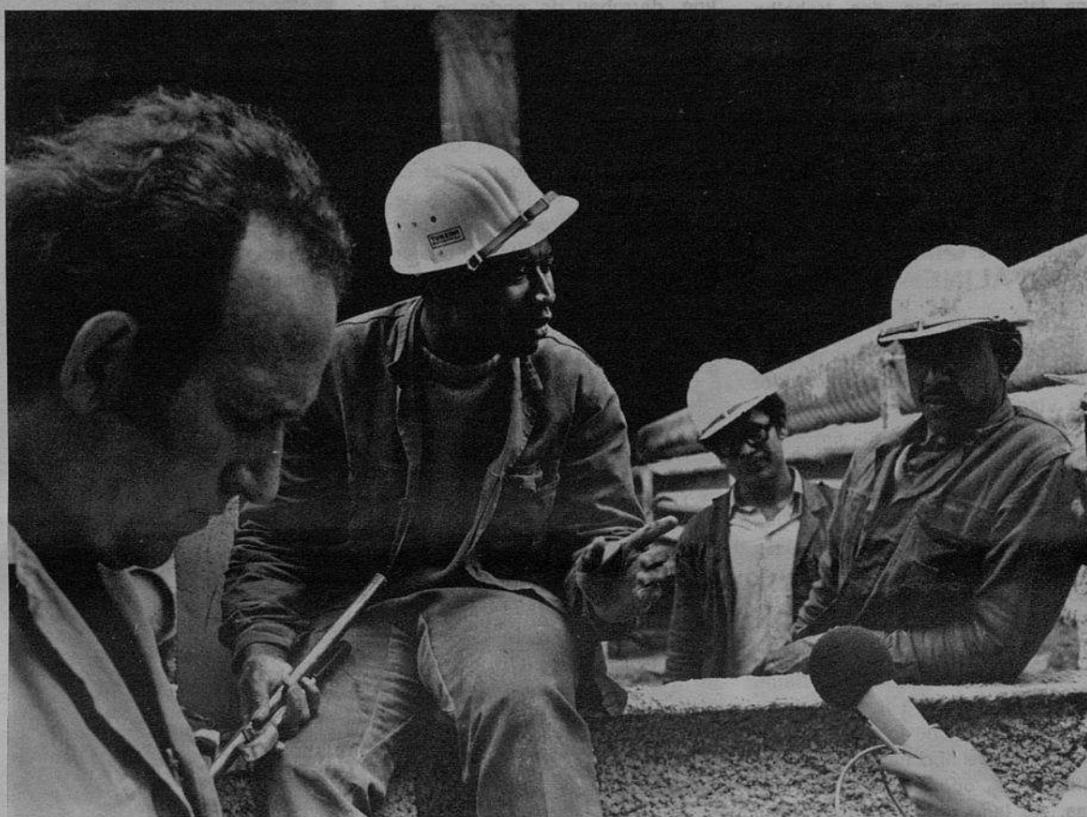
Muitos de nós, ao vermos os muros das ruas cheios de cartazes com este ou aquele candidato, vendo-o ou ouvindo-o na rádio e na televisão, ou recebendo na boca do metro mais um panfleto de propaganda eleitoral, dizemos (ou pensamos): « Eu não tenho nada a ver com isto. Não posso votar, não tenho nada a dizer. Façam o que quiserem ». Alguns de nós não percebemos o que esses candidatos dizem por não sabermos o francês e, então, nem lhes damos ouvidos e deitamos o panfleto para o lixo.

Mas será bem assim que « não temos nada a ver com isto », que o « problema é dos franceses »? Nós pensamos que não. Vejamos porquê.

Façamos, pois, uma pequena ronda pelos partidos mais representativos nesta batalha eleitoral, e pelas forças que propõem a abstenção revolucionária, fazendo sobretudo menção dos pontos dos seus programas e críticas que dizem directamente respeito aos trabalhadores emigrados.

Os partidos do actual governo

A chamada maioria (« maioria », é encabeçada pela União dos Democratas pela V República (UDR), o partido da parte mais poderosa da burguesia francesa desde 1958. De Gaulle foi o seu fundador e principal animador. O seu programa e objectivos resumem-se ao prosseguimento do domínio da burguesia. Aliás, a



Várias nacionalidades mas a mesma classe operária e sobre ela continuará a exploração qualquer que seja o resultado das eleições

UDR faz seu o programa do governo, não tendo um programa próprio. Para as próximas eleições as suas promessas resumem-se a uma lista de realizações traduzidas em números, tais como: « Vamos construir mais 160.000 HLM ou mais 2.000 creches ». Sobre os emigrantes em particular... nada. Será a continuação da política da tão famosa circular Fontanet que vem dar mais armas à exploração do patronato, dificultar a legalização e o emprego, vem reforçar a repres-

são e aumentar o controle que já existia sobre nós, emigrantes, como « O Salto » tem apontado.

Os partidos da « oposição »

A « oposição » ao actual governo é constituída por vários partidos. Destes, os que mais têm dado nas vistas são os que constituem a chamada « União Popular », isto é, o Partido Comunista (1) Francês, o Partido Socialista e uma parte do Partido Radical. As

duas primeiras formações elaboraram um programa político ao qual deram o nome de « Programa Comum de Governo », que mais tarde foi subscrito pelos Radicais de Esquerda.

Este programa, encerrado num pequeno livro de 200 páginas, foca todos os aspectos da vida económica, social e política de França, desde os salários passando pela saúde, educação, até aos investimentos capitalistas no estrangeiro a que timidamente chamam « política de cooperação e ajuda ao desenvolvimento ». Não vamos resumir aqui todo esse programa, pois ser-nos-iam precisas muitas colunas, mas sim dar a conhecer algumas das suas promessas eleitorais, em particular, as que dizem respeito aos trabalhadores emigrados. Ei-las:

— « Não haverá nenhum salário inferior a 1.000 FF por mês.
— « O direito à reforma será fixado aos 60 anos para os homens e aos 55 para as mulheres.

— « A duração efectiva do trabalho será limitada a 40 horas, em 5 dias, para o conjunto dos assalariados, com a manutenção integral do salário ».

A par disto, o « Programa Co-

(Continua na pág. 6.)

ABAIXO A REUNIÃO FASCISTA DE MULHOUSE !

Por altura da Páscoa, em Abril próximo, os organismos fascistas organizam em Mulhouse (França) uma reunião de « dirigentes » de associações. É evidente que estes senhores ao serviço do governo de Caetano, amedrontados pelo amplo movimento democrático dos trabalhadores portugueses emigrados e das suas associações verdadeiramente representativas, querem lançar-se num contra-ataque, na vã tentativa de enganar o povo português emigrado e desagregar as suas organizações.

Trabalhadores portugueses e suas associações:

- Boicotemos e denunciemos mais este atentado do governo fascista à dos seus criados na emigração !
- Cerremos fileiras à volta das nossas associações independentes e democráticas !
- Unamo-nos ao Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados !

NO XX ANIVERSÁRIO DA MORTE DE J. V. STÁLINE

JOSEF VISSARIONOVITCH STÁLINE

amigo e guia dos trabalhadores

No dia 5 de Março cumprem-se vinte anos sobre o falecimento do grande amigo e guia dos trabalhadores de todo o mundo que foi Josef Vissarionovitch Stáline. O Salto, sendo um jornal dos trabalhadores, não pode deixar de assinalar essa data. Num momento em que J. Stáline é alvo de torpes acusações por parte dos agentes da burguesia, num momento em que o posto ocupado por J. Stáline durante mais de três décadas foi usurpado por um punhado de inimigos dos trabalhadores, num momento em que os falsos amigos dos trabalhadores profanaram as cinzas de J. Stáline e tentam apagar a sua imagem gloriosa da memória dos povos, num tal momento, seria fazer o jogo dos inimigos do proletariado silenciar a passagem do XX aniversário da sua morte.

QUEM FOI J. STÁLINE

Josef Stáline foi o mais próximo companheiro de armas e o melhor discípulo e continuador de Vladimir Ilitch Lénine.

Josef Stáline nasceu em Gori, na Geórgia, a 21 de Dezembro de 1879. O seu pai era sapateiro. Iniciou a sua actividade revolucionária aos 15 anos e juntou-se ao Partido Operário aos 18 anos. Aos 20 anos é obrigado pela repressão a iniciar a vida clandestina de revolucionário profissional.

Desempenhou um importante papel na criação e fortalecimento do Partido bolchevique — partido proletário de tipo novo, limpo dos elementos oportunistas reformistas. Ao lado de Lénine, conduziu a classe operária, os camponeses, os soldados e os marinheiros revolucionários e todas as nacionalidades oprimidas do império russo pela via brilhante e gloriosa da Revolução de Outubro de 1917, a primeira revolução popular que conseguiu derrubar o poder dos exploradores e entregar o poder aos trabalhadores.

Depois do triunfo da Revolução de Outubro, J. Stáline foi um dos mais próximos colaboradores de Lénine no lançamento e edificação do Estado Soviético e da nova sociedade socialista. Desempenhou um importante papel no esmagamento da contra-revolução interna e da intervenção estrangeira, foi um dos principais fundadores do Exército Vermelho dos operários e camponeses, foi o libertador dos povos e nacionalidades oprimidas da Rússia e o seu unificador numa união livre e fraternal, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Após a morte de Lénine, a 21 de Janeiro de 1924, Josef Stáline foi o guia mais destacado da URSS e do movimento operário internacional. Sob a sua direcção, o povo soviético construiu o socialismo no seu país, fortaleceu o seu potencial económico, cultural e militar, repeliu a agressão fascista da Alemanha hitleriana e libertou metade da Europa do jugo capitalista. Durante mais de trinta anos, Josef Stáline foi o maior amigo e guia dos proletários e dos povos de todos os países. Em volta da União Sovi-

tica da J. Stáline uniram-se todos os explorados e oprimidos do globo, todos os homens desejosos de democracia, de progresso e de paz. Por tudo isso, a imagem luminosa de Josef Stáline prevalecerá eternamente viva na memória dos trabalhadores.

J. STÁLINE SIGNIFICA PAZ, PÃO E LIBERDADE

A Revolução de Outubro de 1917, dirigida por Lénine e Stáline, derrubou do poder os capitalistas e os grandes proprietários rurais e entregou o poder aos Sovietes (Conselhos) de Deputados Operários, Camponeses e Soldados. Os primeiros decretos promulgados pelo novo poder dos soviets foram o decreto da paz, o decreto sobre a terra e a declaração dos direitos dos povos da Rússia. O primeiro decreto propunha a todos os povos o fim



Os trabalhadores soviéticos eram livres e donos do poder

da carnificina mundial (1914-1918) e o estabelecimento duma paz justa e democrática. O segundo decreto aboliu a propriedade privada sobre a terra e entregou a terra aos que a trabalham. O terceiro decreto proclamou o direito de todos os povos da Rússia a disporem de si próprios.

ao dos outros trabalhadores; os bancos e a grande indústria foram nacionalizados, foi introduzido o controle operário sobre a produção; estabeleceu-se a obrigatoriedade do trabalho para todos os cidadãos válidos, sob o princípio « quem não trabalha não come! ».

Sob a direcção clarividente de



J.V. Stáline, M. Kalinine, J. Molotov e L. Kaganovitch com uma delegação de trabalhadores de elite, em 1935

O governo soviético aboliu todos os privilégios injustos da antiga sociedade, estabeleceu o princípio da eleição para todos os cargos, todos os funcionários passaram a ser escolhidos e destituíveis pelos trabalhadores e a ganhar um salário igual

J. Stáline, o poder soviético tornou uma realidade o plano de Lénine para a construção da nova sociedade: realizou a electrificação do País, industrializou-o e colectivizou a sua agricultura, dotou-o dum poder defensivo incomparável. Os povos da URSS forjaram, sob a direcção de Josef Stáline, uma unidade política e moral elevada, baseada no patriotismo soviético e no internacionalismo proletário. Os povos da Europa e do Mundo devem ao povo soviético e a Josef Stáline o esmagamento dos monstros nazis em 1945. Graças ao povo soviético e a Josef Stáline a civilização foi salva das trevas nazifascistas, criou-se um poderoso campo da paz, da democracia e do socialismo e numerosos povos da Europa e da Ásia iniciaram a construção do sistema social sem exploração do homem pelo homem.

A BANDEIRA DE J. STÁLINE VOLTARÁ A FLUTUAR

Após a morte do grande Stáline, ocorrida em 5 de Março de 1953, os inimigos da classe operária infiltrados no interior do Partido e do Estado da URSS deram um golpe-de-estado e usurparam o poder. Tendo os renegados Kruchtchev e Brejnev à cabeça, iniciaram um ataque frontal a toda a obra revolucionária do povo soviético sob a direcção de J. Stáline. Começaram por lançar as mais vis e baixas calúnias contra o grande Stáline e acabaram restaurando o capitalismo em todos os terrenos. A URSS de hoje já não é a URSS socialista e defensora dos trabalhadores do mundo, que sempre foi sob a direcção de J. Stáline. Hoje, a URSS é um país de capitalismo restaurado, que possui uma nova burguesia, que conduz uma política de exploração e opressão desenfreada dos operários e camponeses e que, no exterior, oprime outros povos e se alia aos descendentes dos hitlerianos, os imperialistas norte-americanos, na partilha e opressão dos povos, na agressão aos países socialistas e no sufocamento das revoluções e dos movimentos de libertação.

Face a uma tal política social-fascista (socialista em palavras mas fascista nos actos) e social-imperialista (socialista em palavras mas imperialista no actos),

os povos da URSS e os demais povos do mundo recordam mais do que nunca a política revolucionária e internacionalista de Josef Vissarionovitch Stáline. Perante a política antiproletária e antipopular dos actuais dirigentes do Kremlin, os revolucionários soviéticos, a classe operária, os camponeses e os intelectuais revolucionários da URSS tomam cada vez mais consciência de que só o retorno à política de J. Stáline, só o restabelecimento do poder proletário e da via socialista permitirão um progresso feliz aos povos da União Soviética. Por isso, o seu movimento de resistência cresce e fortalece-se. Amanhã, ele converter-se-á numa vaga irresistível que limpará definitivamente o Kremlin dos falsos amigos dos trabalhadores e içará de novo nas suas gloriosas torres a bandeira vermelha daquele que aí trabalhou durante mais de três décadas — o sempre saudoso Josef Vissarionovitch Stáline.

POR CADA ASSINANTE 2 NOVOS ASSINANTES

« O Salto » não tem subsídios dos bancos.

« O Salto » é um jornal de trabalhadores e para trabalhadores.

« O Salto » para se desenvolver precisa da tua ajuda. Faz 2 amigos teus serem assinantes.

(Ver condições de assinatura na pág. 8.)

Todos os pagamentos devem ser enviados por vale de correio para a C.C.P. 562 685 Paris.

UM JORNAL DE TRABALHADORES DEVE SER PAGO POR TRABALHADORES

O SALTO ENTREVISTA O MPLA

« A ÚNICA NEGOCIAÇÃO POSSÍVEL É A QUE VISA A INDEPENDÊNCIA COMPLETA DO NOSSO POVO ».

Com o fim de dar a conhecer ao leitor os objectivos e o desenvolvimento da luta de libertação das colónias, O Salto tem entrevistado os representantes das diversas organizações que combatem verdadeiramente o colonialismo e o fascismo português. Dentro desta preocupação, publicamos hoje e depoimento do representante do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) nos países nórdicos, António Neto, depois de, no nosso número 5, termos incluído uma entrevista com um representante da UNITA (União Nacional Para a Independência Total de Angola).

Estas duas organizações têm entre si numerosas contradições, como se depreende das declarações aqui registadas, mas combatem ambas o mesmo inimigo, a opressão colonial. Cabe ao povo angolano resolver os problemas da unidade do movimento de libertação nacional em Angola. Por seu lado, O Salto apoia incondicionalmente a sua luta contra o colonialismo, o neocolonialismo e o imperialismo.

No próximo número do nosso jornal daremos a palavra à UNITA sobre a questão da unidade entre as organizações nacionalistas angolanas, que constituem o tema central da presente entrevista.

O SALTO: Em 1961 começou a luta de libertação nacional em Angola. Essa luta localizou-se, de início, na região de Carmona, região de grandes plantações de café. A luta armada, começando nessas regiões, tinha toda a possibilidade de singrar devido à sangrenta exploração a que são aí submetidos os trabalhadores angolanos. Qual a razão para o relativo enfraquecimento da luta nessas regiões?

Neto: Para ser concreto e exacto a luta de libertação em Angola começou no dia 4 de Fevereiro de 1961; foi uma luta que teve como principal foco a cidade de Luanda — disto posso ser eu até uma testemunha. Foi uma luta, dirigida por militantes do MPLA, de ataque directo a casernas, prisões e postos de polícia. A seguir, um mês depois, no dia 15 de Março de 1961, com a evacuação de parte de militantes do MPLA para o campo e com o desenvolvimento da investida feita pela UPA no norte do país, houve o que se chama agora o desenvolvimento da luta da UPA. Para ser concreto, portanto, houve uma certa discrepância e falta de coordenação entre os acontecimentos de 4 de Fevereiro e os acontecimentos de 15 de Março. Em relação às forças produtivas dessa região, os operários da capital, e os operários agrícolas da região de café do Cuanza Norte, do Cuanza Sul, do distrito de Huíge, a exploração capitalista exercia-se da mesma maneira. Por que motivo essa luta não se desenvolveu como devia ser? Uma razão é simples: no início da luta de libertação nacional, a repressão colonialista foi extremamente bárbara; houve recuos tácticos a fazer da parte do MPLA, sobretudo devido ao facto de que nós não estávamos à altura de poder eficientemente lançar uma guerrilha forte, por falta de meios e de abastecimento logístico.

O SALTO: Depois da grande repressão que houve por parte dos colonialistas, a seguir a 1961, os patriotas angolanos desenvolveram a luta armada sobretudo na região Este de Angola. Quais as características das populações dessas regiões e quais os resultados no capítulo da adesão dos angolanos dessas regiões à luta de libertação nacional?

Neto: O termo patriota deve ser especificado. Trata-se de militantes de organizações e, para ser concreto, trata-se de militantes do MPLA. Nós abrimos a primeira região em 61, distritos do norte do país; abrimos a segunda região em Cabinda, em 64 e, naturalmente, com a independência da Zâmbia, em 66, foi-nos possível abrir a terceira região político-militar, que hoje, exactamente, está extremamente desenvolvida, e faz parte do que nós chamamos a frente de Leste. Do ponto de vista das características da população desta região é o distrito de Moxico, Cuango-Cubango e do Bié

que contém a maior parte da população do país, sobretudo o distrito do Bié e de Huambo. É necessário dizer que no distrito da Lunda e de Malanje nós abrimos a quarta região, o que só foi possível em 68, e, no fim de 68, abrimos a quinta região no distrito do Bié. A sexta região está em vias de desenvolvimento, ocupa os distritos do Cunene. As características variam, primeiramente do ponto de vista demográfico; a região do Bié e de Huambo é a região mais importante do ponto de vista demográfico. Do ponto de vista de educação, por exemplo, a frente de leste é a região mais pobre em quadros, em formação de quadros. Por isso é que nós fizemos área, construção de escolas, clínicas, etc., etc. Devo dizer que quando nós entrámos pela primeira vez no distrito do Moxico e de Cuango-Cubango havia populações que nunca tinham visto um médico à sua frente, o mesmo acontecia para as escolas. Nessa área não nos foi muito difícil mobilizar a população devido a que são áreas consideradas como terras do fim do mundo, onde o colonialista só vinha para colectar impostos e não fazia dessas regiões uma base permanente. Por isso, as populações são facilmente mobilizadas.

O SALTO: Qual o desenvolvimento de Angola no capítulo industrial, e, nesse quadro, qual o papel que o proletariado industrial e agrícola desempenham na luta de libertação nacional?

Neto: Como o programa do MPLA preconiza, o proletariado industrial e agrícola são as duas principais forças que compõem a frente única, que nós criámos a partir de 1956, a que se juntaram também os intelectuais revolucionários. Do ponto de vista do desenvolvimento económico o proletariado só aparece devido exactamente ao desenvolvimento de novas indústrias que se criam. Elas são predominantemente de carácter extractivo, por exemplo, diamantes, poços de petróleo, minas de ferro, para só citar essas. No entanto, o proletariado, das cidades está crescendo, sobretudo derivado do facto da criação de certas indústrias de transformação, alimentação, têxteis, cigarros, por exemplo, e posso dizer que o número é já relativamente importante, 200 mil operários. No entanto, a nossa população continua a ser essencialmente agrícola. Mais de 80% da população é rural, nas regiões libertadas. Nas regiões ainda sob o controle do inimigo, os operários foram submetidos a um sistema de trabalho forçado, que ainda continua. O nível de consciencialização política do proletariado angolano evoluiu, até porque ele é o principal interessado numa mudança radical, total da situação em Angola. Isto quer dizer que o proletariado angolano é o candidato ao poder. O desenvolvimento económico, industrial

de Angola está baseado unicamente na entrada de capitais estrangeiros, de investimentos estrangeiros, e na exploração mais que maquiavélica da economia do nosso país. Não se trata de investimentos que visam o desenvolvimento do nível de vida das nossas populações mas, pelo contrário, só asseguram miséria e repressão. Por isso é que o proletariado angolano se opõe a esse tipo de desenvolvimento. Não se trata de

mos que, do ponto de vista táctico e estratégico, era conveniente assumir inteiramente a responsabilidade da situação actual. As duas organizações, o MPLA e a UPA, melhor, o FNLA, continuarão a existir, esse acordo é político e é militar e para nós há necessidade de obter um território para fazer aumentar a luta guerrilheira no norte de Angola, que justifica plenamente esse acordo. O GRAE (Governo Revolucionário

obter uma vitória final contra o colonialismo português.

O SALTO: Qual a posição que o MPLA tem sobre a unidade da luta com a UNITA?

Neto: Para muitos, a UNITA foi considerada uma organização revolucionária, uma organização que no exílio produzia abundantes informações, falsas. O MPLA considera que a unidade revolucionária



Agostinho Neto, presidente MPLA, quando da sua visita à República Popular da China, oferece uma lembrança a Chou-en-Lai, primeiro ministro chinês

desenvolvimento económico porque Portugal não pode escolher ao mesmo tempo um desenvolvimento económico e social de Angola e uma guerra.

O SALTO: Que acordos foram estabelecidos entre o MPLA e a UPA? Quais as razões que levaram a esses acordos?

Neto: O MPLA desde sempre se pronunciou por uma unidade de acção revolucionária das organizações políticas em Angola. E toda a história da unidade, desde 61 até aqui, se caracteriza por iniciativas tomadas pelo MPLA com vista a organizar, estruturar, a unidade no seio das forças nacionalistas em Angola. Do ponto de vista concreto o acordo assinado pelo MPLA e a FNLA são a consequência das necessidades estratégicas e tácticas do nosso movimento. Estrategicamente temos uma política que visa à generalização da luta armada através do território nacional. Ora, esse acordo impunha-se devido ao facto de que, na nossa primeira região, nós não tínhamos a possibilidade de poder agir, porque o governo do Zaire nos havia impedido de utilizar o seu território desde 62 até agora. Nós pensamos, portanto, que era necessário, do ponto de vista táctico, fazer mudar a posição do governo do Zaire e, porque o governo do Zaire punha como condição um acordo com a FNLA, nós pensá-

mos que, do ponto de vista táctico e estratégico, era conveniente assumir inteiramente a responsabilidade da situação actual. As duas organizações, o MPLA e a UPA, melhor, o FNLA, continuarão a existir, esse acordo é político e é militar e para nós há necessidade de obter um território para fazer aumentar a luta guerrilheira no norte de Angola, que justifica plenamente esse acordo. O GRAE (Governo Revolucionário

O SALTO: Numa notícia do jornal sueco « Dagens Nyheter », de 15 de Dezembro, diz-se que o presidente do MPLA, Agostinho Neto, terá a posição mais elevada dentro da união do MPLA com a FNLA. Ele terá a posição de presidente (« chairman ») e assumirá o comando chefe das operações militares. Podes comentar esta notícia?

Neto: O MPLA sempre se identificou como sendo uma organização político-militar da vanguarda do povo angolano. Em função disso, o MPLA sempre se recusou a encarar a possibilidade de uma luta político-militar no exílio. Assim é que, para nós, um tal acordo só é possível dentro do incremento da luta político-militar e do estabelecimento de regiões libertadas no interior do país. Por isso é que nós pensamos que um tal acordo define a responsabilidade da organização de vanguarda face à luta do nosso povo. Nós temos responsabilidades a que não podemos de maneira nenhuma escapar. A luta é político-militar e faz-se no interior do país. Por consequência, o MPLA, com a experiência que tem de onze anos de luta, saberá incrementar essa luta na primeira região, de maneira a

faz-se no interior do país e, como o camarada Agostinho Neto indicou, agora será bastante prematuro encarar a possibilidade de uma unidade com a UNITA. Nós pensamos simplesmente que a unidade é um passo para uma clarificação política no futuro, porque nós não podemos esquecer que a luta de libertação deverá pôr fim a um sistema de dominação colonialista e imperialista e que nós devemos, por consequência, como organização de vanguarda contra o colonialismo, contra o imperialismo, tudo fazer para impedir uma solução neocolonial. Não temos outra escolha a não ser o socialismo.

O SALTO: Podes dar-nos uma ideia dos limites de cada movimento no capítulo das zonas libertadas?

Neto: Falando do MPLA, nós libertámos mais de um terço do nosso país e a nossa estratégia é a generalização da luta armada através do território nacional. Há organizações que sempre se acantonaram no exílio e, hoje, nós pensamos, que táctica e estrategicamente, é importante que os militantes dessas organizações possam encarar a possibilidade de uma acção revolucionária comum, como foi o caso do acordo assinado entre o MPLA e a FNLA. Os progressos feitos nas regiões libertadas, actualmente, permitem-

(Continua na pág. 6.)

ALEMANHA

OS LORDES INGLESES TÊM CRIADOS PARA TODOS OS SERVIÇOS

Em Portugal contam aos nossos compatriotas as mais belas histórias do «milagre alemão», do «país do desenvolvimento e justiça», dessa «terra prometedora e rica», que tão «carinhosamente» recebe os trabalhadores portugueses.

Os nossos camaradas, porém, não necessitam de muito tempo para se aperceberem de que a realidade é bem outra.

Na cidade de Düsseldorf, assim como em muitas outras da República Federal Alemã, estão ainda estacionadas as chamadas «tropas de ocupação inglesa», que desde o fim da Segunda Guerra Mundial, e de parceria com franceses e americanos, salvaguardam os interesses das potências imperialistas que se apoderaram de uma parte do putrefacto cadáver nazi.

Será, pois, fácil de entender que toda esta camada de parasitas (capitães, sargentos, soldados, etc.) «necessitam» de se sentirem senhores dominantes.

Para tal, criou-lhes a burguesia alemã todas as condições necessárias para que os «lordes aliados» se sintam e gozem como gente de privilégios e classe exploradora.

Assim, temos na cidade de Düsseldorf nada mais nada menos que cerca de 50 trabalhadores portugueses ao serviço de sua «Majestade», vendidos pelo governo fascista de Caetano através de um contrato que estipula o cumprimento obrigatório de 12 meses de trabalho.

O trabalho não é fixo ou determinado pelo contrato. Desde varrer os pátios, lavar a roupa dos «senhores», jardinar, lavar louça, limpar o pó, cozinhar, auxiliar os soldados nas manobras (arrumar, reparar e carregar os utensílios usados para tais manobras) serem enviados, sem pré-aviso, para regiões distantes do seu alojamento, por tempo indeterminado, a tudo isto estão sujeitos os nossos camaradas ao serviço dos «lordes» britânicos.

Estes trabalhadores vivem em regime sub-alimentar, havendo mesmo camaradas que se sentem em extremo estado de fraqueza, sendo a assistência médica existente, praticamente, só no papel. Do ordenado (se é que se o pode chamar como tal), é descontado o alojamento (quartos com 4 pessoas) e a «alimentação».

Há algumas semanas atrás, estando um camarada em grave estado de saúde, foi pedida ao capitão uma ambulância a fim de transportá-lo ao hospital. O pedido foi negado com a seguinte afirmação: «Não! Uma ambulância custa muito dinheiro»!!! Tomando o seu companheiro aos ombros, um grupo de trabalhadores, dirigiu-se com ele ao hospital.

Ainda um segundo facto entre muitos outros: um camarada recebeu a notícia de que a esposa se encontrava bastante doente e requeria urgentemente a sua presença. Não tendo a quantia suficiente para se deslocar (de avião devido à urgência do caso), pediu ao capitão que lhe pagasse os dias trabalhados no mês. Novamente surgiu a resposta venenosa e desumana: NÃO!

Muitos camaradas são obrigadas a recorrer a um segundo emprego, para poderem sobreviver e auxiliar os seus familiares em Portugal, tendo assim que vender a sua força de trabalho durante mais de 12 horas por dia.

Estes «senhores lordes ingleses», com a cumplicidade dos burgueses do governo alemão e dos fascistas portugueses, submetem os nossos compatriotas a uma exploração desenfreada e a uma escravidão selvática, que ultrapassa a própria legislação burguesa.

O correspondente do nosso jornal em Düsseldorf terminou nestes termos a sua informação:

«Queremos apelar bem alto para que todos os leitores de «O Salto», assim como todos os trabalhadores progressistas, se solidarizem com estes nossos irmãos contra o inimigo comum: a burguesia e seus lacaios.

«Que sejam sempre denunciadas as condições e crimes a que estão sujeitos os trabalhadores portugueses, por parte dos exploradores criminosos sejam eles ingleses, alemães, franceses ou portugueses».

As «Misses» e o Pardal

Segundo nos foi dado a conhecer, o jornal fascista que se publica em Paris, «Portugal Popular», dirigido pelo já tristemente célebre Pardal, organizará em Março ou Abril nesta mesma cidade um concurso para eleger a «Misse Emigração».

Na sua frenética política de opressão e exploração da mulher, o capitalismo promove por todo o mundo estes concursos de «beldades» que, servindo a sua política obscurantista, são simultaneamente um grande negócio. Não é pois de admirar que o Pardal e o seu jornal «Portugal Popular» sejam os patrocinadores de mais este criminoso atentado contra mulheres portuguesas emigradas. Estamos certos que todas as mulheres portuguesas emigradas e todos os antifascistas saberão agir e denunciar mais esta negociata e manobra obscurantista que o Pardal e os seus patrões pretendem levar a efeito em Paris.

HOLANDA

CAIXEIROS VIAJANTES DO FASCISMO TÊM MERECEIDA RECEPÇÃO

A emigração portuguesa na Holanda foi agitada no fim de semana de 10 e 11 de Fevereiro por uma forte campanha desencadeada pelo consulado português de Roterdão e pelos seus comparsas da Caixa Central de Segurança Nacional dos Trabalhadores Migrantes, que para tal se deslocaram de Portugal.

Contudo, nem tudo correu da melhor forma tanto para o consul como para estes senhores que se deram ao «trabalho» de se deslocarem do nosso país aqui, à laia de passeio, com o objectivo de darem conselhos aos emigrantes (coitadinhos!) sobre a maneira como se deverão tratar em Portugal se ficarem doentes quando gozarem as férias.

Assim, três foram os locais de ataque escolhidos pelas entidades fascistas para esta investida. Roterdão na noite de sábado, Zaandam na manhã de domingo e, finalmente, Amsterdão na tarde de domingo.

Mas, como dissémos atrás, nada correu bem a estes senhores. Os trabalhadores e refugiados políticos portugueses e caboverdianos fizeram-lhes as recepções que eles mereciam.

Em Roterdão, organizada pelo Centro Português e pela Fundação de Ajuda aos Trabalhadores Estrangeiros (Stichting Hulp aan Buitenlandse Werknemers), a sessão realizou-se numa sala do Hotel Atlanta. Quase todas as questões postas aos representantes das Caixas (entre estes encontrava-se o secretário) foram iludidas pelos agentes do fascismo, dizendo eles que não possuíam os processos consigo não podendo, portanto, responder. Contudo, no fim da sessão apregoavam: «queira o senhor dar-me o seu nome que lhe trararei do assunto em Portugal»! Quando emigrantes expunham todo o rol de aldrabices cometidas pela Caixa logo o secretário desta dizia que a vítima tinha toda a

razão, na vã tentativa de calar as injustiças cometidas pelo organismo fascista de que é dirigente. Quanto ao consul só chegou a dizer que «estava ao serviço dos emigrantes», e nada mais pois mal abria a boca era vaiado com assobios e apupos pelos trabalhadores presentes.

Em Zaandam, as coisas ainda pioraram mais para os fascistas. Aqui, o consul entrou mudo e saiu calado. Muitos caboverdianos distribuíam, de colaboração com portugueses, um comunicado do Socorro Vermelho Português (SVP), sobre o assassinato de Amílcar Cabral. A lenga-lenga dos elementos da Caixa era a mesma e em nada conseguiram satisfazer as perguntas concretas que lhes eram postas. Os antifascistas e os patriotas caboverdianos dominaram por completo os acontecimentos, chegando a haver cantos antifascistas e vivas ao PAI GC, dentro da sala onde estava... o consul, representante do fascismo nesta cidade holandesa.

Contra a agressão e a provocação

À tarde, foi a vez de Amsterdão. Sessão, como não podia deixar de ser, organizada pela Casa Portuguesa. Marcada para as três horas, a sessão só começaria muito mais tarde. As complicações começaram para os fascistas, quando um grupo de caboverdianos e de alguns portugueses iniciaram a distribuição dentro da sala do mesmo comunicado do Socorro Vermelho Português distribuído em Zaandam. Em determinada altura, um dos dirigentes da Casa Portuguesa tentou impedir a distribuição, travando-se imediatamente uma viva discussão. Os nossos camaradas resolveram, então, continuar a distribuição dos comunicados à entrada da Casa Portuguesa.

Cá fora, um fascista começou a insultar um camarada que distribuía comunicados, chamando a um desertor português «bandido», «indivíduo sem pátria», e todas as demais calúnias do arsenal fascista. Como o desertor ripostasse aos termos insultuosos, esse fascista, ajudado pelo pai (que segurou o desertor pelas costas), agrediu-o cobardemente. Quando os outros antifascistas que se encontravam dentro da sala, chegaram cá fora, já os dois esbirros pidescos se tinham posto em fuga, indo telefonar para a polícia.

Os antifascistas regressaram à sala, tendo então já nessa altura falado o consul. Minutos depois entrou na sala o miserável agressor acompanhado por dois polícias que, sob a indicação deste, tentaram prender o desertor sem o deixar falar. Imediatamente todos os antifascistas presentes cercaram os polícias, impedindo que estes levassem preso o nosso camarada. Um dos polícias voltou ao carro e chamou, pela rádio, um piquete da esquadra mais próxima. Entretanto, e sob a indicação do provocador da Casa Portuguesa, os polícias expulsaram da sala todos os elementos que este indicava, alegando que eram elementos da Associação Resistência e Trabalho.

Com a chegada do piquete da polícia, iniciou-se a selecção das pessoas que, segundo o critério da Casa Portuguesa, poderiam assistir à sessão. Depois da retirada da polícia, os antifascistas regressaram à sala, tendo a sessão decorrido no mesmo tom de todas as outras.

Depois deste domingo, o desertor agredido cobardemente pelos dois fascistas colaboradores da Casa Portuguesa apresentou uma queixa na polícia, querendo esta recusar-se a aceitá-la e insultando este e o seu companheiro por viverem há dois anos na Holanda e ainda falarem mal holandeses. De qualquer modo, os agressores foram processados e, no momento em que escrevemos este artigo, ainda não se sabe qual vai ser o resultado do processo.

Que concluir de tudo isto? O regime fascista e os seus organismos (neste caso as Caixas de Previdência) lançam-se ao ataque numa tentativa desesperada de manter os trabalhadores emigrados atolados na ignorância para que o regime os lançou.

Importante, também, é notar a colaboração íntima entre a polícia holandesa e os elementos da Casa fascista, pretendendo a polícia arbitrariamente prender a vítima da cobarde agressão, ouvindo somente o fascista que acusava sem fundamento o nosso camarada. A polícia recusou-se terminantemente a ouvir o nosso camarada. Há contudo a salientar o grande exemplo de solidariedade dos antifascistas presentes, que impediram a acção arbitrária da polícia, decidindo, quando da chegada do piquete, que não iria só o desertor preso, mas que, a ir alguém para a cadeia iriam todos, o que demoveu a polícia dos seus intentos repressivos.

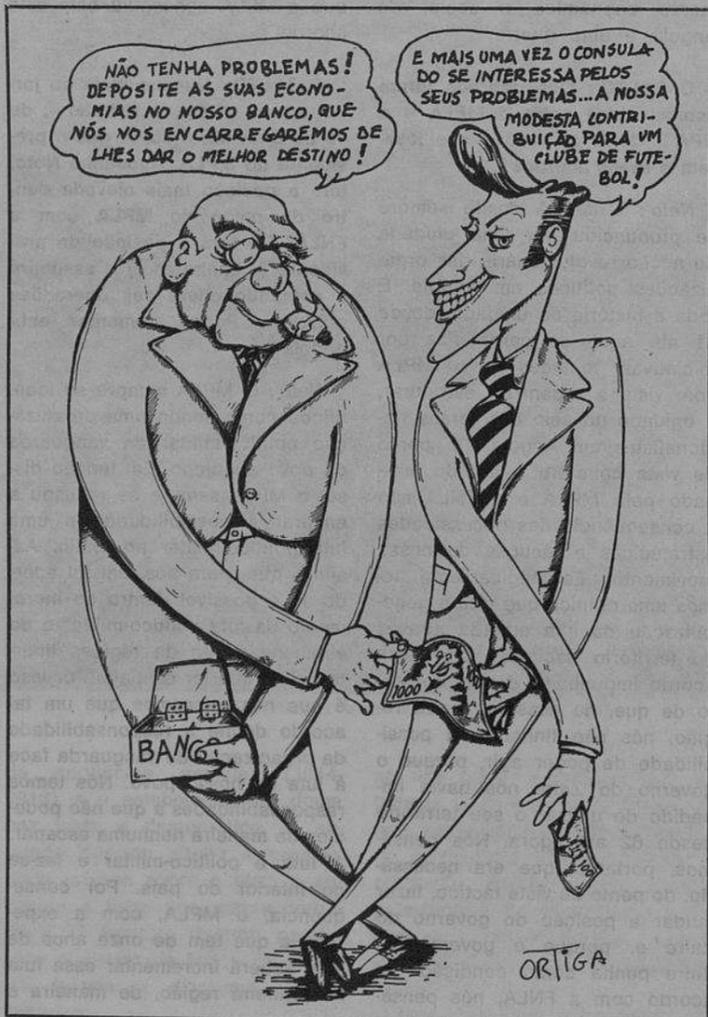
José Duarte.

LYON REPÚDIO AO CONSUL E C.^{ia}

No domingo, 21 de Janeiro último, o organismo fascista Missão Portuguesa levou a efeito com a colaboração do consulado uma «festa» para comemorar o que eles chamam a «semana das Migrações». Do programa constava a exibição de um rancho folclórico, canções e uns discursos proferidos pelo agente do fascismo em Lyon — o Consul, e outros colaboradores do regime.

À porta uma companhia de seguros fazia a sua propaganda, distribuindo balões e chocolates às crianças.

O grupo da Pró-Associação dos Trabalhadores de Lyon esteve presente na «festa» e, por altura dos discursos das duas «personalidades» representantes do governo de Marcelo, protestou conjuntamente com outros trabalhadores presentes, repudiando as aldrabices que aqueles inimigos dos trabalhadores proferiam. Os camaradas da Pró-Associação, defendendo a orientação do Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados, resistiram às ameaças dos servidores do fascismo e do seu serviço de ordem, elevando as suas vozes para desmistificar o Consul e C.^{ia}. À saída, «O Salto» foi vendido em grande número.



ORTIGA

Após o Assassinato de Amílcar Cabral VÁRIAS MANIFESTAÇÕES DE PROTESTO

Por todo o lado na emigração os trabalhadores portugueses, os jovens desertores e refractários souberam dar uma resposta pronta a mais este vil crime da fascismo. Na Suécia (Estocolmo) e em Lyon tiveram lugar duas manifestações junto das representações do governo fascista. Na Holanda o Socorro Vermelho Português fez uma campanha de agitação e informação em colaboração com camaradas caboverdianos e aproveitaram a visita do consul a uma cidade holandesa para realizar uma manifestação do protesto. Em Paris, as associações de trabalhadores da região organizaram, a apelo do Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados (MTPE), um grande comício popular o qual passamos a relatar.

Associando-se à grande vaga de repulsa e ódio manifestada por todo o mundo pelo odioso assassinato do Secretário-Geral do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, trabalhadores portugueses emigrados, jovens desertores e refractários e outros anticolonialistas acorreram numerosos, no passado domingo, 18 de Fevereiro, ao apelo do Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados (MTPE) prestar homenagem a Amílcar Cabral, manifestar a sua solidariedade aos povos das colónias e condenar enérgicamente mais este hediondo crime do colonialismo português e do imperialismo internacional.

Esta reunião foi organizada pelas seguintes Associações de Trabalhadores e organizações democráticas: Clube de Jovens Trabalhadores Portugueses de Paris, Encontro Português de Puteaux, Centro de Convívio «Outubro», Clube dos Trabalhadores de Bourg-la-Reine, «O Salto», e ainda com a participação do Comité de Apoio aos Jovens Desertores, Refractários e Insubmissos Portugueses.

Presidido por um representante do MTPE o comício foi iniciado com a guarda de um minuto de silêncio à memória do grande patriota africano enquanto se ouvia o Canto dos Mártires.

Seguiram-se os discursos de três oradores que, em nome das associações organizadoras, enalteceram a figura de Amílcar Cabral e o seu papel preponderante na luta de libertação nacional dos povos das colónias e em especial na do seu povo; demonstraram a ligação revolucionária entre as lutas do povo português e dos povos das colónias assim como a contribuição da luta do povo português contra a ditadura para a vitória dos povos de Angola, Moçambique, Guiné e Cabo Verde sobre o colonialismo; realçaram as vitórias alcançadas pelo povo da Guiné e Cabo Verde nos planos político, económico, militar e social; e sublinharam o grande exemplo de solidariedade internacionalista que os jovens desertores, refractários e insubmissos do exército colonial prestam aos povos coloniais.

Foram lidas em seguida mensagens do Comité dos Desertores Portugueses de Estocolmo, do jornal «A Voz do Deserto» e do Comité de Apoio aos Jovens Desertores, Refractários e Insubmissos Portugueses de Paris. O presidente da Federação dos Estudantes da África Negra em França (FEANF) veio ler a mensagem da sua organização ao comício.

A assembleia escutou depois um deserto do exército colonial que, tendo desertado na Guiné e vivido durante algum tempo com os combatentes do PAIGC e com Amílcar Cabral, enalteceu a figura deste revolucionário e apontou-o como um «dos maiores

amigos do povo português e um dos maiores inimigos do governo capitalista português».

Em seguida usou da palavra um camarada francês representante da Associação de Apoio aos Povos sob Domínio Colonial Português que se referiu à necessidade de impulsionar a solidariedade do povo francês para com as lutas de libertação nacional indicando, nomeadamente, acções a desenvolver no sentido de um concreto apoio a esses povos.

Um patriota angolano presente no comício subiu depois à mesa e, durante a sua intervenção, assinalou o que a perca de Amílcar Cabral representava para os povos revolucionários do mundo e apelou os trabalhadores portugueses a reforçarem a sua luta contra o fascismo, o colonialismo e o imperialismo.

A fechar esta primeira parte da homenagem foi lida uma mensagem ao comício do Movimento Popular de Libertação de Angola

poder desagregar o PAIGC e a luta do povo da Guiné e Cabo Verde, condenava o apoio imperialista da NATO aos imperialistas portugueses e exaltava a luta do povo português contra a guerra colonial, em particular a atitude de milhares de jovens que desertaram de fileiras do exército fascista. E os camaradas do PAIGC concluíam: «Assim, hoje, nós podemos afirmar que apesar do ignóbil assassinato do nosso grande líder, o povo da Guiné e Cabo Verde, sob a direcção do seu Partido, continua a sua marcha vitoriosa para uma independência total e incondicional, ajudado pelo desenvolvimento do movimento democrático europeu e pela resistência do povo português que o nosso Partido sempre distinguiu do governo colonialista».

O ambiente militante que desde o princípio do comício se fazia sentir através dos vibrantes aplausos às intervenções e às mensagens redobrou de intensidade com a leitura da mensagem do MPLA e com a declaração dos militantes do PAIGC.

Foi então apresentada uma moção a ser enviada ao PAIGC onde se afirmava a solidariedade dos anticolonialistas presentes para com a luta do povo da Guiné e Cabo Verde e se condenava o crime odioso do colonialismo português, que os presentes aprovaram por aclamação.

Após um curto intervalo foi projectado o filme «No Pincha» («Em Frente!») que nos dá a conhecer a realidade nas zonas libertadas do jugo colonial na Guiné e nos mostra o dia a dia dos combatentes do PAIGC.

Para finalizar, o Grupo de Teatro José Gregório representou a peça «Solidariedade» que nos



Um aspecto da manifestação de Estocolmo (Suécia), organizada pelo Comité de Desertores Portugueses de Estocolmo. Na bandeirola que encabeça a manifestação pode ler-se «Vitória ao PAIGC»

(MPLA), que era acompanhada pela declaração oficial feita por este movimento de libertação aquando do assassinato de Amílcar Cabral.

Foi ainda lida à assembleia uma declaração de militantes do PAIGC em França que se iniciava nestes termos: «Os militantes do PAIGC em França enviam saudações fraternais e militantes aos trabalhadores portugueses e às suas organizações em França, que lutam por uma causa justa e comum à nossa: a morte do colonialismo e do fascismo português». Esta declaração denunciava ainda o vil intento dos colonialistas portugueses que, assassinando Amílcar Cabral, julgam

conta em termos objectivos a história de um soldado do exército colonial português que, na Guiné, decide desertar e entregar-se ao PAIGC. Quando a aldeia onde vai ter é atacada pelos colonialistas, o desertor português, ajudando os militantes do PAIGC a resistir ao ataque, é morto. A cena final consiste num emocionante quadro: o transporte do corpo do desertor português aos ombros dos militantes do PAIGC, ao som da Internacional; os militantes do PAIGC vêm à boca de cena e levantando as suas armas gritam: «Nós te vingaremos camarada português!».

Nós te vingaremos, camarada Amílcar Cabral!

PARIS LUTA CONTRA A CIRCULAR FONTANET GREVE DA FOME E RECURSO AO CONSELHO DE ESTADO

A 15 de Fevereiro, dois trabalhadores tunisinos e um marroquino iniciaram em Paris uma greve da fome para protestarem contra a Circular Fontanet e exigirem as cartas de trabalho. A greve só terminará quando as suas justas reivindicações forem satisfeitas.

Ali Retimi está há dois anos e meio em França. Na altura que vem da província para Paris a fim de tratar dos «papéis», a polícia prende-o num controle e dá-lhe oito dias para sair de França.

Aissaoui Hachemi chegou a França no mês de Setembro de 72, tendo sido obrigado a mudar sete vezes de emprego, pois sempre que tentava regularizar a sua situação com os patrões, estes despedem-no.

Abbari El Kebir, apesar do patrão querer fazer-lhe os «papéis» e garantir-lhe alojamento, a polícia nega-se-lhe a regularizar a sua situação.

Por outro lado, um operário português da Renault, um mineiro marroquino e um pedreiro tunisino entregaram um recurso ao Conselho de Estado pedindo a anulação da Circular Fontanet.

Num comunicado distribuído à população estes três trabalhadores emigrados denunciavam a Circular Fontanet e exigiam: «A partir de agora não é só os nossos braços que vendemos. Nós somos pessoalmente propriedade do patrão durante o contrato de trabalho, isto é: somos escravos em 1973».

O comunicado termina levantando as 4 seguintes reivindicações:

1. Logo que seja empregado, a todo o trabalhador deverá ser atribuída uma carta de trabalho.
2. A abolição imediata dos «papéis» provisórios e entrega dum carta de estadia (séjour) e de trabalho.
3. O direito a um alojamento decente, mas não caro, e a não expulsão no caso do alojamento ser mau.
4. Direito a um recurso no caso da polícia recusar as cartas.

«O Salto» solidariza-se com a luta destes camaradas e apela a todos os seus leitores e amigos a apoiarem a luta dos trabalhadores emigrados pela anulação imediata da Circular Fontanet.

8 DE MARÇO

VIVA O DIA INTERNACIONAL DA MULHER !

Passam neste dia 63 anos que o Congresso das Mulheres Socialistas, reunido em Copenhague (Dinamarca), fez do dia 8 de Março o Dia Internacional das Mulheres.

Esta jornada, que é um marco inesquecível na luta das mulheres de todo o mundo para a conquista dos seus mais elementares direitos, tem a sua origem na grande manifestação que as operárias americanas realizaram no dia 8 de Março de 1857, para exigirem a redução das horas de trabalho, de 16 para 10, e por salários iguais aos dos operários.

Desde 1910, este dia tem sido assinalado em todos os países com manifestações de mulheres em protesto contra a sua dupla exploração, integradas na luta do proletariado dos seus países.

É nosso dever lembrar neste dia as heróicas combatentes do Vietname, do Laos e do Camboja que, firmes nos seus postos de combate, desempenharam um papel indispensável na derrota do imperialismo naquela parte do mundo. O nosso pensamento está também com as valorosas patriotas de Angola, Guiné, Cabo Verde e Moçambique, cujo papel na luta de libertação dos seus povos tem sido relevante e decisivo.

A nossa saudação vai igualmente para as operárias e camponesas de Portugal e demais trabalhadoras que, hoje mais do que nunca, elevam a sua voz, participando em greves e manifestações, protestando contra a guerra colonial, enfim, sob as mais diversas formas, lutam, ombro a ombro, com o proletariado para derrubar a opressão e a exploração capitalista.

Viva o 8 de Março, Dia Internacional da Mulher!

Saudação ao jornal

A VOZ DO DESERTOR

Chegou à nossa redacção o primeiro número do vosso jornal, e o qual, após uma atenta leitura, tem da nossa parte e desde já um apoio incondicional. «A Voz do Deserto» enquanto jornal dos desertores e refractários portugueses e que, como afirmam no vosso editorial, «pretende contribuir para a organização das massas dos jovens que se recusam a fazer a guerra colonial num amplexo que defende os seus interesses particulares, se integre na luta geral do povo português contra o fascismo e preste uma solidariedade activa aos povos das colónias em luta contra o jugo colonial português», vem preencher um importante vácuo que existia na luta dos trabalhadores emigrados e do nosso povo em geral, contra o fascismo, o colonialismo e o imperialismo.

Sentimo-nos profundamente irmanados com as vossas claras posições em relação ao combate ao social-chauvinismo, na denúncia da política de rapina e opressão conduzida pelas duas superpotências (EUA e URSS) e no apoio à China e Albânia socialistas. Apoiamo-vos, camaradas, no vosso combate firme e resolutivo às posições reformistas dos falsos amigos do povo (tanto os de direita como os de «esquerda») e aprovamos a vossa justa orientação que vos conduzirá, a passos seguros, à formação do Movimento dos Desertores, Refractários e Insubmissos Portugueses.

Desejamo-vos, pois, os maiores sucessos na vossa luta.

Viva a União dos Trabalhadores Portugueses Emigrados!

Viva o Movimento dos Desertores, Refractários e Insubmissos Portugueses!

O Comité Executivo
do jornal «O Salto»

AS ELEIÇÕES EM FRANÇA

(Continuação da pág. 1)

mum » promete fazer uma série de nacionalizações que, no sector industrial, são as seguintes:

« a) No seu conjunto: matérias do sub-solo, armamento, indústria espaciais e aeronáuticas, indústria nuclear, indústria farmacêutica;

« b) Na sua maior parte: indústria electrónica (ordenadores), indústria química;

« Em função destas disposições, e desde a sua instalação, o governo procederá à nacionalização dos seguintes grupos:

« a) Dassault, Roussel-Uclaf, Rhône-Poulenc;

« b) ITT-France, Thomson-Brandt, Honeywell-Bull, Pechiney-Ugine-Kuhlmann, Saint-Gobain-Pont-à-Mousson, Compagnie Générale d'Electricité. »

A este propósito é interessante notar a posição do patrão de um dos grandes monopólios a ser nacionalizado - o Dassault. Este « grande da finança » afirmou a um jornalista da revista « Nouvel Observateur » (2) (Nôvo Observador):

« Em 1972, ganhei um bilião (de francos velhos) com « Jours de France » (3). Se o governo de esquerda nacionalizar as minhas fábricas, restar-me-á isso para viver ».

Mas deixemos Dassault e a

« União Popular » resolver os seus problemas e vejamos, agora, o extracto completo das linhas que o « Programa Comum » dedica a dois milhões de trabalhadores estrangeiros:

« O plano preverá o número de trabalhadores emigrados acolhidos cada ano a fim de definir as medidas económicas e sociais a tomar. Os trabalhadores emigrados beneficiarão dos mesmos direitos que os trabalhadores franceses. A lei garantir-lhes-á os seus direitos políticos, sociais e sindicais ». Vemos pois que os nossos múltiplos problemas têm a honra de merecer a atenção da união das « esquerdas »!...

Os que propõem a abstenção revolucionária

O semanário « Front Rouge » (Frente Vermelha), de 8 de Fevereiro declarava: « Nós, os trabalhadores, não votaremos pelo candidato da « União da esquerda »! Atrás da máscara de « esquerda », atrás das promessas dos 1.000 F, das 40 horas, e de reforma aos 60 anos, para os homens, e de 55 para as mulheres, escondem-se os que nos anos de 44-47 restauraram as horas suplementares e a semana de 60 horas, bloquearam os salários e deixaram subir os preços; escondem-

-se os « socialistas » que nos anos 48 e 52 reprimiram no sangue as lutas da classe operária, escondem-se indivíduos que nas suas municipalidades aumentam os impostos locais, expulsam os trabalhadores emigrados... É por isso que, na ausência de candidatos que defendam os interesses revolucionários do proletariado, é a **abstenção revolucionária** que os Comunistas Marxistas Leninistas de França apelam aos trabalhadores ».

Este jornal, editou recentemente um pequeno livro de análise e crítica ao « Programa Comum » que tem por título « Programa Comum de Esquerda: Um Programa Burguês ». Em relação às nacionalizações de que falámos atrás, aquela publicação afirma:

« As nacionalizações, em regime capitalista, significam um reforço da opressão da classe operária que se encontra **duplamente apertada**: enquanto produtora de mais-valia e enquanto contribuinte, pelo representante do conjunto da classe capitalista: o Estado burguês ».

Referindo-se à situação dos trabalhadores emigrados, aquela brochura de « Front Rouge » explica que as cinco linhas do « Programa Comum » estão estreitamente relacionadas com a actividade do Partido dirigido por Marchais e

da CGT e « contêm o essencial das suas posições »:

- « 1 - controle de emigração;
- « 2 - direitos políticos, sociais e sindicais;

« **Monopólio Estatal do tráfico.** « Prever o número de trabalhadores emigrados acolhidos cada ano », isso significa, para já, prosseguir a importação em França de escravos assalariados. É adoptar sem restrição o ponto de vista do imperialismo francês: « a nossa economia tem necessidade de importar mão-de-obra estrangeira ». E G. Gosmat, candidato a chefe do P.« C. » F., reclamava desde Setembro de 71, « que a imigração seja organizada harmoniosamente em razão do interesse nacional ».

« Mas, para os operários, que significa tal controle de emigração ?

« — Para aqueles que são recrutados pelo ONI, isto significa estarem amarrados de pés e mãos a uma empresa e por uma duração determinada, através dos seus contratos de trabalho.

« Se não podem suportar as condições de trabalho que lhes são impostas, se se revoltam e são despedidos, encontram-se de facto numa situação « irregular » e susceptíveis de serem expulsos.

« — Para aqueles que se encontram em França sem terem sido recrutados pelo ONI, como para aqueles que continuarem a entrar sem ser pelo ONI (porque o Estado burguês não pode nem quer acabar completamente com a emigração « clandestina »), será permanentemente a ameaça de expulsão, portanto a super-exploração ».

A terminar, o documento de « Front Rouge » indica:

« Compreende-se porque razão o P.« C. » F. reconhece « os aspectos positivos » da Circular Fontanet (« Humanité » (4) de 15-9-72) e o bonzo CGT, Apostolo, comenta-a desta maneira: « Seria bom se ela fosse verdadeiramente aplicada » (« Humanité » de 27-9-72). A circular, com efeito, reforça a sujeição dos trabalhadores emigrados à classe dos capitalistas e ao seu aparelho policial. Está bem claro aí o « controle de emigração » reclamado pelos revisionistas: quanto mais a emigração é planificada, regulamentada, harmonizada, etc... maior é o constrangimento, o aquartelamento, para os emigrados « regulares », maior é a chantagem e a perseguição para os « irregulares ».

Várias nacionalidades mas a mesma classe operária

Na fábrica, na construção, por todo o lado onde trabalhamos, ombro com ombro, com os operários franceses e de outras nacionalidades, enfim, a classe operária de França no seu conjunto, é ela quem produz a riqueza, é ela quem assegura o tão afamado « progresso económico da França ». São as cadências infernais, são os dias de trabalho de 9, 10 ou 11 horas e mais, são os baixos salários, os grandes factores de lucro dos capitalistas. É sobre o nosso suor e as nossas vidas que repousam as grandes fortunas, as grandes contas bancárias; e é contra nós que existe o Estado burguês, com a sua polícia, os seus tribunais o seu parlamento e as suas... eleições.

Como dizíamos no começo deste artigo, isto das eleições também nos diz respeito! A burguesia, que domina esta sociedade, põs ao seu serviço uma série de chamados representantes do povo, (que ela faz crer irem defender os nossos interesses), que não passam de grupos representantes dos vários sectores da burguesia. Não é pois de admirar que, por vezes, nos parlamentos haja umas alterações porque, na corrida ao lucro, é a lei da selva que impera, para ver quem mais come das fatias do bolo. Eis a razão também por que os candidatos se guerreiam para conseguir o seu poleiro.

O parlamento burguês é uma instituição do Estado capitalista e a sua natureza não mudará com eleições, como nos pretendem fazer crer alguns. A burguesia no poder toma todas as precauções para se servir das eleições como simples arma de propaganda. Repare-se que nem na « democrática » França hoje aparecem a competir verdadeiros representantes dos trabalhadores.

Só a destruição do Estado burguês e a sua substituição pelo poder das classes trabalhadoras poderá acabar com o parlamento como hoje o conhecemos. Nessa altura o povo terá os seus legítimos representantes e defensores. Qualquer que seja pois o resultado das eleições, a burguesia continuará a sua dominação e para nós, emigrantes, assim como para os nossos camaradas franceses a actual situação não se modificará.

(1) Partido acusado de se ter tornado um partido burguês de trair a classe operária. É denominado revisionista, pelo Partido Comunista da China, pelo Partido do Trabalho da Albânia e por outros Partidos e organizações que defendem o marxismo-leninismo. Foi dos primeiros a apoiar as teses de Kruchchev sobre a passagem pacífica ao socialismo, sobre a chamada « destalinização » que levaram à restauração do capitalismo na URSS. É dirigido por G. Marchais.

(2) Número de 12 de Fevereiro último.

(3) Revista mundana burguesa.

(4) Órgão central do partido de G. Marchais.

O SALTO ENTREVISTA O MPLA

(Continuação da pág. 3)

-nos pôr o problema de apresentar essas regiões libertadas como sendo estados em vias de desenvolvimento. Essas regiões libertadas estão dispersas através do país; têm-las em Cabinda, no Norte, onde, agora, nós incrementaremos o apoio, à luta de resistência, têm-las também na frente de Leste.

O SALTO: Isso em relação ao MPLA...

Neto: Eu creio que fui claro em relação ao MPLA e às outras organizações.

O SALTO: Certos sectores da burguesia portuguesa preconizam que o governo caetanista estabeleça contactos com os movimentos de libertação no sentido de lhes conceder a independência. Qual a posição do MPLA face a este perigo de neocolonialismo?

Neto: O governo português tem sectores da sua burguesia e do exército, isto é, das forças de agressão, que chegaram à conclusão que não podiam ganhar a guerra. Por outro lado, dada a política que visa a uma integração europeia, certos sectores da burguesia portuguesa pensam que quanto mais cedo melhor será o estabelecimento de uma espécie de contactos com vista a solucionar o problema pela via da negociação. É prematuro, do lado do MPLA revelar se houve contactos ou não. Nós pensamos simplesmente que a última resolução adoptada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, em relação à negociação com os diferentes movimentos de libertação, põe o problema seguinte: se o governo português, e o último discurso de Caetano, em Novembro, foi extremamente claro, não admite negociações, que são consideradas como traição, a guerra continuará. Sobretudo, não pode haver negociações sem princípios e para nós o que é mais impor-

tante é sublinhar que há princípios que estão fora de qualquer discussão. Não se discutirá o princípio da autodeterminação e independência para o nosso povo. Nós não nos sentaremos com os representantes do governo português, em qualquer parte do mundo onde for, sem que claramente o governo português indique que reconhece o princípio da autodeterminação e independência para as colónias, em conformidade com as resoluções adoptadas pelas Nações Unidas, no que diz respeito a esse capítulo. A única negociação que é possível é a negociação que visa à independência completa do nosso povo. Até lá, nós continuaremos a luta, até porque não é nossa intenção lutar para ver instalado em Angola um regime de tipo neocolonial, que ao nosso povo, de todas as maneiras, por toda a experiência que tem, repugna, e repudia inteiramente.

O SALTO: Recentemente, o boletim do MPLA na Suécia denunciava a compra de barcos feita por Portugal à Polónia. O que levou o MPLA a tomar esta posição?

Neto: O governo polaco a partir de 68 vendeu barcos a Portugal. barcos esses que estão a ser utilizados na guerra de agressão, transporte de tropas, de munições, etc. A nossa posição é clara, como organização independente. Nós estamos, a toda e qualquer altura, em posição de indicar aos países socialistas que certas atitudes tomadas em relação à luta de libertação em Angola ou em Moçambique e na Guiné são dúbias e que podem levar a certas contradições. Esta é uma delas. Será que é o momento oportuno para este país e outros incrementarem as trocas comerciais com Portugal, numa altura em que o governo português necessita dos meios de transporte para incrementar a repressão em Angola?

Nós pusemos essa pergunta. Nós pensamos que é um erro político, que define uma certa atitude histórica, se esses governos continuarem a apoiar dessa maneira a guerra que o governo português tenta incrementar, isto é, o envio de barcos, a compra de barcos. A venda a Portugal é algo que nós não podemos, de maneira nenhuma, aceitar. O que é necessário é chamar a atenção da opinião pública mundial para este aspecto, da mesma maneira que nós criticamos abertamente a política do imperialismo americano em relação a Portugal, ou outras fracções do imperialismo. Nós pensamos que é fundamentalmente lógico não guardar silêncio sobre este assunto.

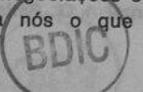
O SALTO: O imperialismo norte-americano ajuda substancialmente o colonialismo português. Que papel toma, na luta do MPLA, a luta contra o imperialismo americano?

Neto: A nossa organização é uma organização anti-imperialista e, por consequência, a análise que nós fizemos do investimento imperialista em Angola é de ordem política, estratégica, económica, militar. Nós pensamos que uma luta consequente é a luta que se trava contra o imperialismo e contra o colonialismo português em Angola. Por isso é que nós temos uma posição clara. Não somente dizemos que a luta que Portugal conduz em Angola, em Moçambique, na Guiné é uma luta que está ligada por um cordão umbilical ao imperialismo, à burguesia mundial, mas, ao mesmo tempo, nós indicamos que devemos apoiar as lutas dos povos das colónias portuguesas dirigidas pelas organizações da vanguarda, FRELIMO e PAIGC, contra o mesmo inimigo comum, isto é, o colonialismo português e o imperialismo. Hoje os EUA são a testa da política imperialista mundial, por isso nós,

como qualquer outra organização anticolonialista, somos contra o imperialismo norte-americano.

O SALTO: Os jovens desertores e refractários portugueses reclamam o direito ao refúgio político. De que o maneira o MPLA concebe que este direito lhes devia ser concedido, e qual a posição do MPLA em relação aos soldados portugueses nas colónias?

Neto: Por intermédio da nossa rádio, temos emissões destinadas aos soldados portugueses, que se encontram lutando nas fileiras do exército colonialista. Nós pensamos que as organizações da emigração, as organizações da oposição portuguesa, devem fazer uma campanha mais eficaz com vista a pelo menos impedir que largas fracções de soldados portugueses, que pertencem ao proletariado, que são oriundas do proletariado português, possam ir para as colónias lutar pela sobrevivência da burguesia fascista portuguesa. Por consequência, o problema dos refractários o problema dos desertores portugueses, que se põe no exterior, é um problema fundamental. O MPLA apoia esse gesto dos desertores e refractários portugueses que fugiram à guerra, que disseram não à guerra. Por outro lado, o MPLA apela para que todos os desertores e refractários portugueses que se encontram no exterior mobilizem a emigração portuguesa dentro das suas respectivas organizações, com vista não somente a obter estadia em território estrangeiro, a usufruir de todos os direitos contidos nas leis que a burguesia internacional fez, a serem protegidos, e poderem continuar a acção política mas também com vista à mudança da situação em Portugal. Isso é um direito, é um dever, é uma obrigação dos camaradas portugueses que reforçará as nossas lutas, que são comuns, quando se trata de lutar contra o burguesia fascista portuguesa.



APESAR DA REPRESSÃO FASCISTA A LUTA ESTUDANTIL CONTINUA E REFORÇA-SE

Como é do conhecimento geral, ao cobarde assassinato do estudante Ribeiro Santos no passado mês de Outubro por um agente da Pide, os estudantes de Lisboa responderam com violentas manifestações de rua e uma ampla informação à população. Já em anteriores números do nosso jornal noticiámos essas lutas tentando realçar o seu valor no conjunto do combate que o povo português move à odiosa ditadura fascista e colonialista. Anotámos, também, o comportamento ignóbil de traição a essas lutas manifestado pelos dirigentes reformistas de algumas direcções de Associações estudantis.

Hoje, com base em informações ultimamente chegadas à nossa redacção queremos informar os nossos leitores de novos aspectos assumidos pela luta estudantil, assim como da vaga repressiva com que o governo caetanista ataca os estudantes e as suas organizações democráticas.

Reuniões plenárias e manifestação

No início de Novembro, uma reunião plenária dos estudantes de Lisboa decidia a continuação da luta e indicava que os estudantes deveriam concentrar as suas forças no reforço da informação à população nas ruas. Anote-se que os dirigentes reformistas posteriormente boicotam e traem — mais uma vez! — esta decisão.

Mais tarde, os estudantes convocam para meados de Dezembro uma nova reunião plenária que analisaria o desenvolvimento da luta e decidiria as formas como a continuar. Esta reunião plenária, que se deveria realizar na Faculdade de Ciências de Lisboa, não chegou a ter lugar pois as forças da polícia cercaram os locais e impediram a concentração. No entanto, os estudantes, justamente indignados contra mais este atentado fascista ao direito de reunião, decidiram empreender uma manifestação de rua que se realizou da Estrela a Alcantara e reuniu cerca de 800 pessoas. No decorrer da manifestação foram gritadas palavras de ordem revolucionárias tais como « Viva a Guerra Justa dos Povos Das Colónias! », « Viva a Revolução Democrático-Popular! » e « Governo do Povo, Sim; Governo Assassino, Não! »

As forças repressivas foram ludibriadas pelos manifestantes e só chegaram a Alcantara passado um quarto de hora da manifestação ter dispersado, o que provocou a chacota geral da população que assistiu à investida dos cães de guarda da burguesia.

A repressão

O Governo fascista desde os princípios de Novembro que começou a lançar as suas criminosas guerras sobre os estudantes em luta. O controle de identidade às portas das faculdades efectuado pelos contínuos-pides ajudados pela PSP, o estacionamento da polícia nas imediações das instalações universitárias, chegando a formar, por vezes, cordões, a prisão de dezenas de estudantes, que mais tarde foram libertados, depois de terem sofrido as torturas habituais dos esbirros da

Pide, são algumas das formas de que se revestiu a repressão fascista. Como já é hábito, depois de um período aceso de luta, as « autoridades » caetanistas recorrem às suspensões e aos processos disciplinares para tentar quebrar o ímpeto combativo dos estudantes. Desta vez, o número das suspensões em 3 meses eleva-se a 72 e os processos disciplinares cifram-se pela ordem das cinco dezenas. Aliando vários métodos repressivos simultaneamente, e conhecendo o repúdio que os estudantes nutrem pelas guerras coloniais, o fascismo aplica uma outra medida — a incorporação militar dos estudantes mais combativos, e isto com o vil intento de quebrar a decisão de combate das massas e as privar da orientação dos seus quadros dirigentes mais experimentados. Deste modo, 7 estudantes, dos primeiros a serem suspensos, foram chamados a servir os interesses dos colonialistas em África. Mas, para além das prisões, as suspensões, os processos disciplinares, a chamada para o reaccionário exército fascista, Caetano legaliza agora a permanência da polícia no interior da Universidade. Assim, através de um decreto-lei recentemente publicado, os « gorilas » (ex-comandos de exército colonial e alguns pides que há um ano se instalaram na Faculdade de Direito de Lisboa e que ainda hoje lá estão, e que tentaram também instalar-se na Faculdade de Ciências tendo sido contudo expulsos pelos estudantes da faculdade) e cuja função é espiar as actividades dos estudantes, podendo mesmo passar autos, sancionando-os, ficam oficializados.

Estes são alguns dos aspectos da luta que se trava actualmente em Lisboa entre os estudantes e o aparelho repressivo do Estado fascista.

Desde que há quase 50 anos a ditadura terrorista do capital se instaurou no poder, apesar de usar de todos os métodos repressivos ao seu alcance para tentar resistir à ímpetuosa marcha libertadora dos trabalhadores e dos estudantes que se colocam a seu lado, ela nunca conseguiu pará-la nem desarmá-la. A luta estudantil ao serviço do povo continuará e reforçar-se-á!

CENTENAS DE OPERÁRIOS LANÇADOS NO DESEMPREGO OCUPAM UMA FÁBRICA

Lisboa, 27 de Fevereiro de 1973 (do correspondente de NOVAPORT em Lisboa). Como já foi noticiado (ver despacho 00 273), a Fábrica de Papel da Abelheira, em S.Julião do Tojal, propriedade do grupo Champalimaud, encerrou as suas portas, lançando no desemprego 400 operários a quem não pagou qualquer indemnização. Protestando contra esta arbitrariedade patronal, os operários decidiram ocupar a fábrica, tendo sido obrigados a abandoná-la após intervenção das forças de choque da Guarda Republicana (GNR).

A situação dos operários despedidos é particularmente dura dado que a fábrica encerrada é

Paris, 25 de Fevereiro de 1973 (NOVAPORT). Foram divulgadas no decorrer do mês de Fevereiro as sentenças dos « julgamentos » de 16 indivíduos, acusados pelos juizes a soldo de Caetano de atentarem contra a segurança da ditadura fascista.

Carlos António Correia Gonçalves foi condenado em 6 anos de prisão maior, perda dos direitos políticos por 15 anos, ficando esta pena sujeita a prorrogação; Armando de Jesus dos Santos, em 22 meses de prisão correcional, perda dos direitos políticos por 5 anos e pena suspensa por 4 anos; Luís António Pedro Coelho e António Correia dos Reis Quintas, cada um, em 2 anos de prisão maior e perda dos direitos políticos por 15 anos; Francisco Manuel Cardoso Braga, em 2 anos e 6 meses de prisão maior e perda dos direitos políticos por 15 anos; e Marie Chambelland, em 24 meses de prisão correcional e pena suspensa por 4 anos.

Todos eles eram acusados de fazer parte duma organização que vem pondo em prática concepções castristas da luta armada, denominada Liga de União e Acção Revolucionária (LUAR).

Igualmente acusado de ter militado nesta organização antifascista, e anteriormente ter feito parte do partido reformista de Cunhal, foi condenado a 2 anos e 9 meses de prisão maior e perda dos direitos políticos por 15 anos José António Brazido da Palma, de 45 anos, natural de Grândola.

Nove estudantes acusados de pertencer a outra organização de inspiração castrista Núcleos « O Comunista » foram condenados às seguintes penas: Pedro Luís Correia Malho, em 2 anos de prisão maior e perda dos direitos políticos por 15 anos; Carlos Alberto do Nascimento Saraiva da Costa, em 2 anos e 9 meses de prisão maior e perda dos direitos políticos por 15 anos; Fernando Alves dos Reis Júnior, Nuno Lapa da Cunha Porto e José Mário Alves da Costa, cada um, em 2 anos de prisão maior e perda dos direitos políticos por 15 anos; Maria de Lurdes Vicente Baginha, em 22 meses de prisão correcional; Joaquim Maurício Ribeiro Pires, Maria da Graça Coelho

ANTIFASCISTAS CONDENADOS NO TRIBUNAL PLENÁRIO

Báltasar e Isabel Salavisa de Oliveira Lança, em 18 meses de prisão correcional, perda dos direitos políticos por 5 anos e pena suspensa por 4 anos.

Em fins de Fevereiro, iniciou-se o « julgamento » de mais cinco indivíduos acusados de pertencerem a esta última organização.

No decorrer do « julgamento » de Brazido da Palma, o seu advogado, Levi Baptista, viu-se obrigado a renunciar à defesa por « não lhe terem sido facultados certos meios de defesa considerados indispensáveis ». José Augusto Rocha, um dos advogados de defesa no processo dos cinco antifascistas acusados de pertencerem aos Núcleos « O Comunista », decidiu igualmente renunciar ao patrocínio de dois dos « réus » alegando « insuperáveis dificul-

dades de defesa, por impossibilidade de acesso aos volumes dos autos da instrução preparatória » levada a cabo pela criminosa polícia política, a Pide-DGS.

A arbitrariedade da Pide reina, cada vez com maior prepotência, na instrução dos processos e em todo o sistema judicial português, destruindo impunemente vidas de quem quer que se erga contra a tirania fascista. A máquina de propaganda de Caetano tenta encobrir isto, acabando de fazer uma intensa campanha à volta da pseudo-supressão das medidas de segurança. Agora, a Pide prossegue idênticos objectivos através da « prorrogação das penas ». A opinião pública mundial deve alertar-se e impedir que os verdugos de Caetano cometam novos crimes.

Vale do Vouga

OS AGRICULTORES CONTINUAM À ESPERA DAS INDEMNIZAÇÕES

Paris, 20 de Fevereiro de 1973 (NOVAPORT). O desprezo a que o governo de Caetano vota as condições de vida das classes trabalhadoras está na origem de inúmeras situações catastróficas, entre as quais as resultantes dos incêndios do período estival.

Durante os meses quentes de Verão, devido à inexistência de eficazes sistemas preventivos e à falta de condições de segurança das habitações de grande parte da população trabalhadora portuguesa, os incêndios multiplicam-se a partir das matas, causando

vítimas humanas e deixando centenas de famílias sem habitação nem haveres.

No Verão passado, dado o descontentamento e o protesto de centenas de famílias, o governo marcelista anunciou que iria indemnizar os agricultores do Vale do Vouga que sofreram graves prejuízos quando do último grande incêndio naquela região, prometendo-lhes uma quantia irrisória. Mas, até agora — e já lá vai meio ano —, nenhum agricultor recebeu qualquer indemnização por diminuta que fosse.

CARTA DE UM LEITOR

DEMAGOGIA CAETANISTA

Mais uma vez o representante do capital português foi espalhar a sua demagogia sobre o povo, tentando enganá-lo com sorrisos e promessas como é seu velho hábito.

Vejam lá, **Camaradas**, que um governo como o nosso, que já deu provas da sua política antidemocrática e anti-popular, vem agora afirmar que « é da união do governo e do povo que há-de resultar a vitória sobre a pobreza »...

Face a estas frases cínicas e reaccionárias quero dizer a todos os antifascistas em especial e ao povo português em geral que se mantenham atentos e vigilantes, porque só acabará a pobreza e a exploração do homem pelo

homem em Portugal assim como a criminosa e injusta guerra colonial quando houver no nosso país um governo verdadeiramente socialista que trabalhe para o povo, e não, como agora um povo a trabalhar para uma minoria exploradora que é defendida por um governo fascista.

Trabalhadores portugueses emigrados, unamo-nos para darmos ao Caetano e ministros o destino que merecem: o caixote do lixo da história!

Abaixo o fascismo! Abaixo o colonialismo!

Viva a união dos trabalhadores portugueses emigrados!

Saudações revolucionárias.
Um camarada desertor de Grenoble



Quadro do pintor albanês Muhamet Deliu

ESCREVE PARA :

« O SALTO »

B.P. 95

75 522 PARIS CEDEX 11

PREPARANDO OS JOGOS FLORAIS

INFORMAÇÕES

● Está a ser distribuída gratuitamente uma pequena brochura sobre os I Jogos Florais e na qual estão inseridos os regulamentos de cada modalidade. Todos os interessados em adquiri-la devem enviar os seus pedidos para: MTPE, 56, rue de la Fontaine-au-Roi, 75011 PARIS.

● Camaradas que desejem ainda inscrever-se podem pedir o boletim de inscrição para a morada atrás indicada.

● No último domingo de Fevereiro iniciou-se na região de Paris o campeonato — eliminatória a contar para a Taça da União 73. Participam 11 clubes divididos por duas séries.



« QUE CEM FLORES DE-SABROCHEM E CEM ESCOLAS DE PENSAMENTO RIVALIZEM! » — Eis o pensamento que nos deve animar para a participação no grande concurso dos I^{os} Jogos Florais Portugueses na emigração!

Ao lado uma gravura de inspiração popular da autoria de Pavia e que serviu de ilustração ao romance « Os Gaibéus » do escritor antifascista Alves Reldol.

UM CANTOR POPULAR ESCREVE-NOS DA ARGÉLIA

Chegou-me às mãos um número de « O Salto » e o boletim de inscrição para os I Jogos Florais. Eu pretendo apresentar canções, algumas já gravadas em disco, mas que são pouco conhecidas.

O disco inclui uma canção do Luís Clíia: « Avante! », duas do Lopes Graça, « Clamor » e « Unidos como os dedos da mão », sendo as restantes nove todas da minha autoria. « Catarina », com poema de Papiniano Carlos; « Vai no vento », « Vietnam », « Outubro » e « Despedida » (canção contra a guerra colonial) além de uma outra intitulada « Canção do exílio » que serviu no filme passado na televisão francesa intitulado « Contra-ponto » como música de fundo, em todas as cenas filmadas acerca da emigração. Tenho também gravada uma canção intitulada « 1.º de Maio » que pertence ao mesmo disco e cujo poema é da minha autoria. É uma marcha, imitando os operários à luta.

Tenho outras canções, num estilo bastante diferente das já gravadas, mas não conheço quem as cante. Se vocês aí arranjassem um cantor, como são estilo balada bastaria uma ou duas violas para acompanhar. Aqui não tenho ninguém que seja capaz de o fazer. Arranjavam-se os acompanhadores mas falta o principal.

« O Salto » fala de música popular. Contudo, a canções que componho são tudo canções de luta, e por isso mesmo, dado certo condicionalismo que aí possa

existir, não sei se este tipo de canções será aceite.

Saudações revolucionárias do camarada.

M.

Nota da redacção: *Apraz-nos, a propósito do problema « música popular e canções de luta », esclarecer o nosso camarada de Argel e todos os leitores em geral. No penúltimo número do nosso jornal e a propósito de uma carta respondendo a posições defendidas nas nossas colunas por António José Saraiva, o nosso leitor José Páscoa esclarecia qual a sua posição em relação aos problemas da cultura popular e com a qual nós nos solidarizámos. Dizia J. Páscoa: « Ela (cultura popular) é a cultura que defende os interesses dos operários e camponeses, em oposição à cultura burguesa que defende os interesses dos capitalistas e proprietários rurais ».*

Pelo o que nos contas parecem-nos que não existe qualquer oposição, antes pelo contrário, entre as tuas canções de luta e a música popular. Um outro ponto, que é o problema da participação, o artigo primeiro do Regulamento dos Jogos Florais é claro: « Estes jogos estão abertos a todos os grupos culturais e desportivos, bem como a indivíduos isolados, tanto da emigração como de Portugal ».

Portanto, camarada, a tua participação será valiosa tanto mais que as tuas canções irão defender a música popular.



En cima, uma fotografia intitulada « Construamos um mundo novo destruindo o velho » da autoria de José Nunes, já inscrito para concorrer naquela modalidade.

INSCREVE-TE ATÉ AO DIA 31 DE MARÇO

Em baixo, o aspecto de um ensaio do Grupo de Teatro José Gregório que, assim como muitos outros, prepara afincadamente a sua representação.



CONHECE os clubes de trabalhadores

FRANÇA

IVRY
Clube dos Jovens Trabalhadores Portugueses de Paris

25, rue Christophe-Colomb
94200 IVRY SUR SEINE
Metro Pierre Curie

PUTEAUX

Associação «Encontro Português»
20, rue du Centenaire
92800 PUTEAUX

NANTES

Associação dos Trabalhadores Portugueses de Nantes

9, rue das Hauts-Pavés
44000 NANTES

BOURGES

Clube Português do Cher
5, rue de la Thaumassière
18000 BOURGES

HOLANDA

Associação Resistência e Trabalho
Brink 1 A Amsterdão

ALEMANHA

Centro Português de Neuss
404 Neuss - 8
Postfach 923

Assina « O Salto »

Amigo leitor: Para « O Salto » poder sair todos os meses é necessário 50 novos assinantes por mês. Apoia-o, pois, fazendo-te assinante ou inscrevendo dois novos assinantes, por meio deste boletim.

| | País | normal (a) | de apoio |
|---|------------|------------|------------|
| NOVAS CONDIÇÕES DE ASSINATURA PARA 12 NÚMEROS | França | 10 F.F. | 20 F.F. |
| | Alemanha | 10 Marcos | 20 Marcos |
| | Holanda | 10 Florins | 20 Florins |
| | Bélgica | 130 F.B. | 260 F.B. |
| | Luxemburgo | 130 F.B. | 260 F.B. |

a) No caso de pedido de envio em carta fechada, há um acréscimo de 10 F.F., 10 M., 10 Fl., 130 F.B.

BOLETIM DE ASSINATURA

NOME

MORADA

normal

1) Assinatura de 12 numeros -----
de apoio

(riscar o que não interessa)

Com início em « O Salto » nº